

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.655 - RJ (2018/0272342-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : CANDIDO ALVES LAGE
AGRAVANTE : HELENA BAPTISTA ALVES SOQUEIRO
ADVOGADO : LUIS FERNANDO NOGUEIRA MARIN E OUTRO(S) - RJ093203
AGRAVANTE : LUIZ BOA PINTA TEIXEIRA DE ABREU FILHO
ADVOGADOS : JOÃO BOSCO WON HELD GONÇALVES DE FREITAS FILHO
- RJ131907
VINICIUS CARREIRO HONORATO E OUTRO(S) - RJ188176
CELIO FERNANDES SILVA JUNIOR - RJ198990
RUANA ARCAS MARTINS COSTA DE ANDRADE SILVA -
RJ209069
LEONARDO NOLASCO DE SIQUEIRA PENNA - RJ139104
AGRAVADO : OS MESMOS
AGRAVADO : BARBARA MORAIS BLANCO SILVA
AGRAVADO : ELISANGELA MORAIS BLANCO
AGRAVADO : TB TRANSPORTES BLANCO LTDA - EPP
ADVOGADO : CESAR FERNANDES SANCHES E OUTRO(S) - RJ081171

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CANDIDO ALVES LAGE e HELENA BAPTISTA ALVES SOQUEIRO contra decisão que não admitiu recurso especial, impugnando acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO PRINCIPAL DE COBRANÇA DECORRENTE DE AÇÃO CAUTELAR PREPARATÓRIA PARA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL PARA PAGAMENTO DE DÉBITO OU A DESCONSTITUIÇÃO DO CONTRATO COM RESTAURAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO. ALEGAÇÃO AUTURAL DE INADIMPLEMENTO DO RÉU REFERENTE À VENDA DE COTAS NA SOCIEDADE EMPRESÁRIA MEDIANTE ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DE AMBAS AS PARTES. APELO DO RÉU QUE ARGUI PREJUDICIAL DE MÉRITO ALEGANDO PRESCRIÇÃO DO SUPOSTO DIREITO AUTURAL E PRELIMINARES DE NULIDADE E, AINDA NO MÉRITO, REPISANDO EM PARTE, AS ARGUMENTAÇÕES ANTERIORMENTE ESPOSADAS, REQUER A REFORMA DA SENTENÇA PARA EXCLUSÃO DA MULTA E LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO OU ARTIGO.

APELAÇÃO DOS AUTORES QUE ARGUI PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA E, NA QUESTÃO DE FUNDO REQUER A REFORMA DA DECISÃO PARA DESCONSTITUIÇÃO DO CONTRATO. MANUTENÇÃO *IN TOTUM* DO JULGADO, REJEITANDO-SE AS PRELIMINARES. DECISUM FUNDADO EM LAUDO PERICIAL QUE BEM ABORDOU E RESPONDEU AS QUESTÕES LEVANTADAS NOS QUESITOS FORMULADOS. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DA MULTA E DOS JUROS EIS QUE DECORRENTES DO INADIMPLEMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, *IN CASU* QUE OBJETIVA DETERMINAR TÃO SOMENTE O *QUANTUM* DEBEATUR. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS APLICADOS DE FORMA EQUÂNIME E DE ACORDO COM A PREVISÃO LEGAL VIGENTE À ÉPOCA. PLEITO DE DESCONSTITUIÇÃO QUE SE ATÉM APENAS A RESOLUÇÃO DA ESCRITURA PÚBLICA E NÃO AO CONTRATO PROPRIAMENTE DITO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSOS CONHECIDOS. PREJUDICIAL E PRELIMINARES REJEITADAS E, NO MÉRITO, PROVIMENTO NEGADO A AMBOS OS RECURSOS.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do especial, sustentaram os ora agravantes, em suma, violação dos arts. 475 do Código Civil; 141 e 492 do Código de Processo Civil, sob o argumento de que "O Laudo Pericial produzido em tal feito constatou crédito em favor dos autores ora recorrentes no importe, à época, de R\$ 9.460.608,38 (nove milhões, quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e oito reais e trinta e oito centavos), valor jamais quitado pelo primeiro réu" (fl. 1.773).

Requerem "o reconhecimento de seu direito baseado naquele dispositivo da lei civil: o comprovado e evidenciado inadimplemento de LUIZ BOA PINTA gerava para aqueles a faculdade de exigir o cumprimento do contrato que deu azo ao presente litígio, mediante o pagamento da substancial verba devida, ou ver o aludido contrato resolvido, com a conseqüência natural de, uma vez resolvida a cessão de cotas que fizeram para aquele réu, retornarem tais cotas para a propriedade dos autores, tornando-se sem efeito as cessões subseqüentes que beneficiaram os demais réus, e apurando-se as perdas e danos previstas em lei em liquidação de sentença" (fl. 1.774). Argumentam que

"o Acórdão inova com o argumento de que eventual condenação dos demais réus à resolução dos pactos pelos quais ingressaram na sociedade implicaria em julgamento *extra petita*" (fl. 1.776).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Na hipótese dos autos, a Corte de origem consignou que o laudo pericial foi conclusivo quanto ao valor devido, sendo que o perito se respaldou no contrato realizado entre as partes para elaboração do laudo, conforme se extrai dos seguintes excertos (fls. 1.609-1.615):

Assim, os autores ajuizaram a demanda, requerendo a produção antecipada de provas com o intuito de apurar o valor devido pelo réu, na forma da Escritura Pública de Compra e Venda de Participações Societárias e Cessão de Direitos, sendo o laudo pericial conclusivo de que o valor devido é de R\$ 9.460.608,38 (nove milhões quatrocentos e sessenta mil seiscentos e oito reais e trinta e oito centavos), equivalentes a 5.567.683,8385 UFIR/RJ (índice 037).

Acrescente-se, por oportuno, que o perito se respaldou no contrato realizado entre as partes para elaboração do laudo. O réu, quando instado pelo expert a apresentar documentação necessária à elaboração do laudo, limitou-se a trazer aos autos, tão somente, pagamentos de indenizações trabalhistas e ilícitos civis, documentos esses que não representam totalmente o passivo circulante.

Dessa forma, o referido laudo encontra-se alinhado à documentação apresentada pelo primeiro réu, que, em momento algum, afirma ter realizado algum pagamento aos autores, estando à matéria suficientemente exaurida pelo *expert*.

(...).

Outro ponto impugnado a ser esclarecido refere-se à possibilidade de, em liquidação de sentença, serem devidamente compensadas do suposto crédito dos apelados todas as amortizações comprovadamente realizadas pelo apelante referentes às dívidas da sociedade empresária anteriores a 31/12/2001 e que não constaram do laudo pericial produzido no âmbito da ação cautelar de produção antecipada de provas.

A sentença foi clara quando, em sua parte dispositiva, condena o apelante ao pagamento do valor de R\$ 9.460.608,38, em 30/9/2006, como também prevê a apuração do quantum da dívida em liquidação de sentença, na forma do art. 475-B, eis que prolatada em 12/05/2015, sob a égide do Novo Código de Processo Civil.

Ocorre, que há situações em que o título judicial embora represente direito certo, não apresenta liquidez do crédito, ou seja, o título judicial apresenta todos os elementos identificadores do direito (*an debeatur* e o *quid debeatur*), mas não revela o *quantum debeatur*. Nesse momento, o instituto da liquidação de sentença vem proporcionar liquidez à obrigação que a sentença genérica não é capaz de outorgar, devendo a decisão proferida limitar-se apenas ao *quantum debeatur*.

O apelante, às fls. 1389-1391 (índice 01434), em suas razões recursais, elenca um rol de acordos que afirma ter realizado com as partes envolvidas relativos a ilícitos perpetrados pela sociedade empresária. Com base nesses valores pretende a amortização de sua dívida em sede de liquidação de sentença. Contudo, instado a apresentar os documentos necessários à comprovação do efetivo pagamento das referidas indenizações, mais uma vez ficou-se inerte.

(...).

Como se não bastasse, o apelante ainda requer que haja a reforma da sentença, determinando-se que a liquidação de sentença se proceda na modalidade por arbitramento ou mesmo por artigos. Vejamos.

A modalidade de liquidação por arbitramento é, em suma, uma perícia, a qual já foi realizada em sede de ação cautelar de produção antecipada de provas que tramitou na 7ª Vara Cível da Comarca da Capital e, portanto, em que pese às alegações do apelante em sede preliminar, estas já foram rechaçadas em virtude da própria inércia do recorrente em apresentar a documentação exigida pelo perito para elaboração do laudo pericial.

A modalidade de liquidação de sentença por artigos era admitida no CPC/1973, artigo 475-E, quando para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.

(...).

Ocorre, que não há “fato novo” algum nos autos. Repita-se que o apelante, mais uma vez, na ação principal, ao ser instado a apresentar a documentação pertinente não se desincumbiu do ônus quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito dos autores, ora embargados.

No caso vertente, a liquidação tem por objetivo apenas determinar o *quantum debeatur*, através de mero cálculo aritmético, devendo os apelados instruir a demanda com memória discriminada e atualizada do crédito, nos moldes do artigo 475-B, do Código de Processo Civil. Caso o apelante queira impugnar a conta, por considerá-la incorreta,

poderá fazê-lo através da interposição de embargos.

(...).

No mérito, os autores pretendem ver corrigidas a sucumbência em caso de acolhimento do pedido principal e a responsabilidade dos corréus em caso de inadimplemento do primeiro Réu diante da possibilidade conferida aos autores no art. 475, do Código Civil.

O artigo 475 do Código Civil afirma que, “...a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos...” Atente-se, que esse artigo dá o direito de a parte lesada optar pelo cumprimento forçado do contrato ou então pelo seu rompimento. É um ou outro e não os dois, o que não o impede de mudar de posicionamento durante o curso do processo, pois são duas formas diferentes de exercer um mesmo direito, devendo expressar a sua vontade para que o juiz possa analisá-la, respeitado o estabelecido entre as partes na forma da lei.

In casu, consta no pedido alternativo apenas a resolução da escritura pública de compra e venda, não havendo pedido de resolução do contrato social, ou sua alteração. Logo, tal pedido formulado pelos autores, não encontra procedência e sua admissão seria interpretada como extra petita e aí, sim, passível de anulação.

Com efeito, anoto que a desconstituição da conclusão do acórdão recorrido, na forma pretendida, especialmente sobre o fato de que foi concedido aos autores, ora agravantes, o que lhes era devido, demandaria o reexame do acervo fático, procedimento que, em sede de especial, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Ressalto que a alteração da conclusão do Tribunal de origem de que a execução das quantias devidas aos ora recorrentes depende de simples cálculos aritméticos, para apurar-se o valor em liquidação de sentença, demandaria o reexame do acervo fático-probatório, procedimento vedado no âmbito do recurso especial (Súmula 7/STJ), conforme antigo e consolidado entendimento deste Tribunal sobre o tema.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 458 E 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA.

ARBITRAMENTO E ARTIGOS. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE FATOS NOVOS. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Não há violação ao art. 458 e 535, II, do CPC, quando, rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame é devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

2. Para a apuração do montante da indenização devida, por vezes, há a necessidade de se alegar e provar fatos novos, ainda não discutidos na ação de conhecimento, caso em que se revela adequado o uso da liquidação por artigos, prevista no art. 475-E do CPC/1973.

3. Tendo o acórdão recorrido concluído pela desnecessidade de comprovação de fato novo, rever seus fundamentos importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal, ante o óbice da Súmula nº 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.336.014/SP, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 16/3/2017.)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS. PROCEDIMENTO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRETENSÃO DA PARTE EXECUTADA DE QUE A LIQUIDAÇÃO SEJA FEITA POR ARTIGOS. REEXAME DE PROVAS. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. OFENSA À COISA JULGADA FORMADA NO TÍTULO JUDICIAL. CARACTERIZAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de procedimento de cumprimento de sentença, nos autos de ação de indenização por perdas e danos decorrentes do descumprimento de contrato de distribuição de produtos, em que o acórdão liquidando determinou que o quantum debeatur fosse apurado mediante a necessária "nomeação de perito judicial". Quando a fixação do montante exato da indenização imposta por sentença condenatória ilíquida depender apenas de perícia, a liquidação da sentença dar-se-á por arbitramento, na forma do art. 475-D do CPC/1973.

2. Embora a Súmula 344/STJ disponha que "a liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença não ofende a coisa julgada", no caso, tendo o aresto recorrido decidido que a liquidação por arbitramento é o meio técnico adequado para a apuração do valor

devido, haja vista a inexistência de fato novo a ser provado, o acolhimento da pretensão recursal da executada, ora recorrente, favorável à utilização da liquidação por artigos, importaria no reexame do acervo fático-probatório da causa, o que não se admite em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 deste Tribunal. Precedentes.

3. Não se ignora que o Juízo da execução pode interpretar o título formado na fase de conhecimento, com o objetivo de promover a sua liquidação, a fim de extrair o sentido e o alcance do comando sentencial, mediante integração da parte dispositiva com a fundamentação, mas, nessa operação, nada pode acrescentar ou retirar, devendo apenas aclarar o exato alcance da tutela judicial prestada (AgInt no REsp n. 1.599.412/BA, Relatora a Ministra Nancy Andrichi, Terceira Turma, DJe de 24/2/2017).

4. No julgamento da apelação, de cujo acórdão se originou o título exequendo, ficou expressa a determinação de "tornar sem efeito a perícia técnica realizada na fase de conhecimento, eis que não condizente com os parâmetros condenatórios utilizados pela Câmara, mantendo incólumes os demais fundamentos do acórdão recorrido".

Nesse contexto, no momento da liquidação, não poderia o magistrado enviar os autos à Contadoria Judicial, com a recomendação de que os cálculos fossem elaborados, "tendo como base os parâmetros usados na perícia realizada na fase de conhecimento". Entendimento esse que foi referendado pelo Tribunal estadual, a pretexto de que não teria sido determinada a sua anulação. Ao assim proceder, as instâncias ordinárias incorreram em ofensa à coisa julgada firmada no título judicial.

5. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1757915/PI, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 21/09/2018.)

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. AÇÃO DE COBRANÇA. RESERVA DE POUPANÇA. PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. DESNECESSIDADE. QUESTÃO DE PROVA. SÚMULA STJ/7.

Se o Acórdão recorrido afirmou que a apuração do valor da condenação depende apenas de cálculos aritméticos, a alegação da recorrente quanto à necessidade de realização de liquidação por arbitramento só poderia ter sua procedência verificada mediante incursão no acervo fático-probatório da causa, o que é vedado em

âmbito de Recurso Especial, a teor do enunciado 7 da Súmula deste Tribunal.

Agravo improvido.

(AgRg no Ag 1.066.394/RJ, Terceira Turma, Rel. Ministro Sidnei Beneti, DJ 28.11.2008.)

Ademais, observo que o Colegiado estadual apreciou o pleito dentro dos limites apresentados pelas partes recorrentes na petição inicial ou nas razões de recurso, não revelando julgamento *extra petita* no caso. Guardados os devidos contornos fáticos próprios de cada caso, vejamos os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CONDENATÓRIA - UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE IMAGEM PARA FINS COMERCIAIS/PUBLICITÁRIOS - DECISÃO UNIPESSOAL CONHECENDO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA RECURSAL DO RÉU.

1. Não se verifica a alegada violação ao art. 535 do CPC, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pelo recorrente.
2. Não se pode reputar de *extra petita* a decisão que interpreta de forma ampla o pedido formulado pelas partes, pois o pedido é o que se pretende com a instauração da demanda e se extrai da interpretação lógico-sistemática da petição inicial. Precedentes.
3. Nos termos do enunciado da súmula 403/STJ, independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
4. Quanto ao pleito de redução do *quantum* indenizatório, observa-se que o apelo extremo esbarra em óbice formal intransponível, consistente na ausência de indicação precisa dos dispositivos legais tidos por violados. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.
5. No caso em tela, consoante dispôs o acórdão recorrido, o fundamento da pretensão condenatória foi o uso indevido de imagem, para fins comerciais, não tendo decorrido de inadimplemento contratual. Desse modo, tratando-se de responsabilidade extracontratual, os juros de mora devem fluir a partir do evento danoso, nos termos da Súmula 54/STJ.
6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl no Ag 1.415.130/SC, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 6/2/2014, DJe 14/2/2014.)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. NÃO OCORRÊNCIA. INTERPRETAÇÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA DA PETIÇÃO INICIAL.

1. Consoante o princípio da congruência, exige-se a adequada correlação entre o pedido e o provimento judicial, sob pena de nulidade por julgamento *citra*, *extra* ou *ultra petita*, a teor do que prescrevem os arts. 128 e 460 do Código de Processo Civil.

2. A pretensão deduzida em juízo não se limita a determinado capítulo da petição inicial, merecendo atenção do julgador tudo o que se pode extrair mediante interpretação lógico-sistemática das razões apresentadas. Precedentes.

3. *In casu*, não se verifica a ocorrência de julgamento *extra petita*, uma vez que a sentença, ao condenar a ré ao pagamento de pensão vitalícia, ateuve-se ao que pleiteado pelo autor no corpo da petição inicial, não obstante na sua parte final tenha requerido o pagamento de complementação de aposentadoria em face da invalidez.

4. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp n. 874.430/MA, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 25/10/2011, DJe 7/12/2011.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. PLANO DE SAÚDE. REEMBOLSO DE DESPESAS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO - PROBATÓRIO DOS AUTOS. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. (...)

2. À luz dos artigos 128 e 460 do CPC/73, atuais, 141 e 492 do NCPC/15, o vício de julgamento *extra petita* não se vislumbra na hipótese do juízo a quo, adstrito às circunstâncias fáticas (causa de pedir remota) e ao pedido constante nos autos, proceder à subsunção normativa com amparo em fundamentos jurídicos diversos dos esposados pelo autor e refutados pelo réu.

3. (...)

4. O Tribunal de origem, com base nas provas dos autos e no contrato, entendeu que o reembolso das despesas médicas realizadas fora da rede credenciada era devido. Assim, a revisão de tal entendimento esbarra nos óbices das Súmulas nºs 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1191919/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 28/2/2018.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora